

NORMAS PARA MANUSCRITOS SUBMETIDOS ÀS REVISTAS BIOMÉDICAS: ESCRITA E EDIÇÃO DA PUBLICAÇÃO BIOMÉDICA (TRADUÇÃO INTEGRAL DO TEXTO)

UNIFORM REQUIREMENTS FOR MANUSCRIPTS SUBMITTED TO BIOMEDICAL JOURNALS: WRITING AND EDITING FOR BIOMEDICAL PUBLICATION

Carlos Alberto Guimarães, TCBC-RJ¹

Atualização em fevereiro de 2006

Comitê Internacional dos Editores de Revistas Médicas

I. Declaração de Objetivos

- A. Sobre as Normas
- B. Usuários Potenciais das Normas
- C. Como Usar as Normas

II. Considerações Éticas na Condução e na Comunicação da Pesquisa

- A. Autoria e Contribuição
 1. Autores
 2. Colaboradores Mencionados nos Agradecimentos
- B. Editoria
 1. O Papel do Editor
 2. Liberdade Editorial
- C. Revisão pelos Pares
- D. Conflitos de Interesse
 1. Conflitos de Interesse Potenciais Relacionados aos Compromissos de Cada Autor
 2. Conflitos de Interesse Potenciais Relacionados ao Financiamento do Projeto
 3. Conflitos de Interesse Potenciais Relacionados aos Compromissos dos Editores, do Corpo Editorial da Revista ou dos Revisores
- E. Privacidade e Confidencialidade
 1. Pacientes e Participantes do Estudo
 2. Autores e Revisores
- F. Proteção aos Sujeitos e Animais de Pesquisa

III. Questões Editoriais e de Publicação Relacionadas à Publicação nas Revistas Biomédicas

- A. Obrigação de Publicar Estudos Negativos
- B. Correções, Retratações e “Notas de Interesse”
- C. Direitos Autorais
- D. Publicações Repetidas
 1. Duplicação
 2. Publicação Redundante

3. Publicação Secundária Aceitável
4. Originais Concorrentes Baseados no Mesmo Estudo
 - a. Diferenças na Análise ou na Interpretação
 - b. Diferenças nos Métodos ou nos Resultados Relatados
5. Originais Concorrentes Baseados na Mesma Base de Dados
- E. Correspondência
- F. Suplementos, Números Temáticos e Séries Especiais
- G. Publicação Eletrônica
- H. Propaganda
- I. Revistas Médicas e os Meios de Comunicação
- J. Obrigação do Registro dos Ensaio Clínicos

IV. Preparação e Submissão do Manuscrito

- A. Preparando um Manuscrito para ser Submetido às Revistas Biomédicas
 1.
 - a. Princípios Gerais
 - b. Diretrizes para Relatórios dos Estudos com Desenhos Específicos
 2. Folha de Rosto
 3. Página da Notificação de Conflito de Interesse
 4. Resumo e Palavras-Chave
 5. Introdução
 6. Métodos
 - a. Seleção e Descrição dos Participantes
 - b. Informações Técnicas
 - c. Estatística
 7. Resultados
 8. Discussão
 9. Referências
 - a. Considerações Gerais Relacionadas às Referências
 - b. Estilo e Formato das Referências
 10. Tabelas
 11. Ilustrações (Figuras)

¹ Professor Titular de Clínica Cirúrgica do Curso de Graduação de Medicina da Fundação Educacional Serra dos Órgãos (Teresópolis, RJ); Professor Adjunto do Departamento de Cirurgia da Faculdade de Medicina da Universidade Federal do Rio de Janeiro; Membro do Grupo de Pesquisa Núcleo de Comunicação Científica em Cirurgia do CNPq; Membro do Conselho de Revisores da Revista do Colégio Brasileiro de Cirurgiões; Editor da Revista da Faculdade de Medicina de Teresópolis.

Descritores: Ciência da Informação. Comunicação. Editoração. Disseminação de Informação. Linguagem. Tradução. Artigo de revista. Vancouver.

Recebido em 30-09-2006

Aceito para publicação em 20-10-2006

Fonte de financiamento: nenhum

Conflito de interesses: nenhuma

12. Legendas das Ilustrações (Figuras)
 13. Unidades de Medida
 14. Abreviações e Símbolos
- B. Envio do Manuscrito à Revista

V. Referências

- A. Referências Citadas neste Documento
- B. Outras Fontes de Informação Relacionadas às Revistas Biomédicas

VI. Sobre o Comitê Internacional dos Editores de Revistas Médicas

VII. Autores das Normas

VIII. Uso, Distribuição e Tradução das Normas

IX. Perguntas

I. DECLARAÇÃO DOS OBJETIVOS

I. A. Sobre as Normas

Um pequeno grupo de editores de revistas médicas se encontrou informalmente em Vancouver, Columbia Britânica, em 1978, a fim de estabelecer diretrizes para o formato dos originais submetidos às suas revistas. O grupo ficou conhecido como o Grupo de Vancouver. Suas normas para os originais, inclusive com os formatos das referências bibliográficas elaborados pela Biblioteca Nacional de Medicina, foram publicadas, pela primeira vez, em 1979. O Grupo de Vancouver se expandiu e se tornou o Comitê Internacional dos Editores de Revistas Médicas (CIERM), que se reúne anualmente. O CIERM ampliou gradualmente seu campo de ação, a fim de incluir princípios éticos relacionados à publicação nas revistas biomédicas.

O CIERM produziu várias edições das “Normas para Manuscritos Submetidos às Revistas Biomédicas”. Com o passar dos anos, surgiram questionamentos que iam além da preparação do original, os quais resultaram na elaboração de várias declarações, publicadas em separado, sobre política editorial. As Normas foram revisadas na íntegra em 1997; as seções foram atualizadas em maio de 1999 e em maio de 2000. Em maio de 2001, o CIERM revisou as seções relacionadas com potencial conflito de interesse. Em 2003, o Comitê revisou e reorganizou todo o documento e incorporou ao texto os Pareceres Independentes. O Comitê preparou a presente revisão em 2005.

O conteúdo completo das “Normas para Manuscritos Submetidos às Revistas Biomédicas” pode ser reproduzido com finalidades educacionais, sem fins lucrativos e sem ônus de direitos autorais; o comitê encoraja a distribuição desse material.

Solicita-se às revistas, que concordam em utilizar as Normas, mencionar, nas instruções aos autores, que as suas normas de publicação estão de acordo com as Normas, citando a presente versão. As revistas que desejam ser listadas no

sítio <www.icmje.org> como uma publicação que segue as Normas, devem entrar em contato com a secretaria do CIERM.

O CIERM é um pequeno grupo de trabalho de revistas médicas e não uma organização aberta a filiações. Ocasionalmente, o CIERM aceita um novo membro ou convidado, quando o comitê considera que uma nova revista ou organização poderá oferecer uma nova perspectiva que ainda não está disponível no comitê existente. Existem organizações abertas a filiações dos editores e de outros profissionais das publicações biomédicas, tais como a Associação Mundial dos Editores Médicos <www.WAME.org> e o Conselho dos Editores Científicos <www.councilofscienceeditors.org>.

I. B. Usuários Potenciais das Normas

O CIERM criou as Normas, acima de tudo, para ajudar os autores e os editores na tarefa comum de criar e distribuir relatórios precisos, claros e facilmente acessíveis dos estudos biomédicos. As seções iniciais tratam dos princípios éticos ligados ao processo da avaliação, do aperfeiçoamento e da publicação dos originais nas revistas biomédicas e das relações entre os editores, os autores, os revisores e os meios de comunicação. As últimas seções tratam dos aspectos mais técnicos da preparação e da submissão dos artigos. O CIERM acredita que o conteúdo completo do documento é relevante tanto para os autores como para os editores.

As Normas podem fornecer a muitas outras pessoas interessadas (revisores, editores, meios de comunicação, pacientes e seus familiares e leitores de um modo geral) informações úteis sobre o processo de escrita e edição das revistas biomédicas.

I. C. Como Usar as Normas

As Normas estabelecem os princípios éticos na condução e no relatório da pesquisa e fornecem recomendações com relação aos elementos específicos da edição e da escrita. Essas recomendações estão, em grande parte, embasadas na experiência compartilhada por um número reduzido de editores e de autores, coletada ao longo de muitos anos e não em resultados de uma investigação metódica, planejada, que tem por objetivo ser “baseada em evidências”. Quando possível, as recomendações são acompanhadas de uma fundamentação que as justifica; dessa forma, o documento tem um propósito educativo.

Será útil para os autores, sempre que possível, seguirem as recomendações deste documento, porque isso, como está descrito nas explicações, melhora a qualidade e a clareza dos textos dos artigos submetidos a qualquer revista, além de facilitar a edição. Ao mesmo tempo, cada revista tem normas editoriais, adequadas especificamente aos seus objetivos. Assim, os autores devem seguir as instruções aos autores, publicadas pela revista que eles escolheram para submeter seus originais, observando os temas adequados para aquela revista e os tipos de artigos que podem ser submetidos (artigos originais, revisões ou relatos de caso). A Biblioteca Mulford da Escola de Medicina de Ohio mantém um compêndio útil com instruções para os autores <<http://mulford.mco.edu/instr/>>.

II. Considerações Éticas na Condução e no Relatório da Pesquisa

II. Autoria e a Contribuição

II. A. 1. Autores

Considera-se geralmente um “autor” aquele que fez contribuições intelectuais relevantes para um estudo publicado, já que a autoria biomédica tem importantes implicações acadêmicas, sociais e financeiras.(1) Antigamente, se oferecia raramente aos leitores informações sobre as contribuições dos pesquisadores mencionados na lista dos autores ou nos Agradecimentos.(2) Atualmente, algumas revistas exigem e publicam as informações sobre as contribuições de cada pessoa, mencionada como participante, em um estudo submetido à publicação, pelo menos com relação aos artigos originais. Solicita-se aos editores que desenvolvam e implementem uma política de contribuição, além de uma política de identificação de quem é responsável pela integridade do trabalho como um todo.

Embora as políticas de contribuição e de responsabilidade removam muito da ambigüidade em torno das colaborações, elas não resolvem a questão da quantidade e da qualidade da contribuição necessária para a qualificação da autoria. O Comitê Internacional dos Editores de Revistas Médicas recomendou os seguintes critérios para autoria; esses critérios também são apropriados para aquelas revistas que distinguem os autores daqueles que simplesmente contribuíram:

- O crédito pela autoria deve basear-se em: 1) contribuições substanciais à concepção e ao desenho, ou à coleta de dados, ou à análise e à interpretação dos dados; 2) redação do artigo ou revisão crítica para garantir a importância do conteúdo intelectual e 3) aprovação final da versão a publicar. Os autores devem satisfazer as condições 1, 2 e 3.
- Quando um grande grupo multicêntrico conduziu o trabalho, o grupo deve identificar os seus membros que aceitam a responsabilidade direta pelo original(3). Esses membros devem preencher todos os critérios de autoria definidos acima e os editores deverão solicitar a eles que completem as declarações específicas da revista com relação à autoria e ao conflito de interesse. Quando se submete um original cuja autoria seja um grupo, um autor correspondente deve indicar claramente a forma preferida de citação e identificar todos os autores, assim como o nome do grupo. As revistas costumam mencionar os outros membros do grupo nos Agradecimentos. A Biblioteca Nacional de Medicina dos E.U.A. indexa o nome do grupo e os nomes dos autores que o grupo identificou como diretamente responsáveis pelo original.
- A obtenção de financiamento, a coleta de dados ou a supervisão do grupo de pesquisa, não justificam, por si só, a autoria.

- Todas as pessoas mencionadas como autores devem estar qualificadas para a autoria e todas aquelas qualificadas devem ser mencionadas.
- Cada autor deve ter participado efetivamente do trabalho, para poder assumir a responsabilidade pública por partes definidas do conteúdo.

Atualmente, algumas revistas também solicitam que um ou mais autores, denominados de “avalistas”, sejam identificados como aqueles que têm a responsabilidade pela integridade do trabalho como um todo, desde a sua concepção até o artigo publicado. Essa informação deve ser publicada.

Cada vez mais, a autoria dos ensaios multicêntricos vem sendo atribuída ao grupo. Todos os membros do grupo nomeados como autores devem preencher os critérios acima para a autoria.

A ordem na lista de autores deve ser uma decisão conjunta dos co-autores. Os autores devem estar aptos a explicar a ordem em que os nomes deles aparecem na lista.

II. A. 1. Contribuintes Mencionados nos Agradecimentos

Todas as pessoas que contribuíram, mas que não preenchem os critérios de autoria, devem ser mencionadas em uma seção de Agradecimentos. Exemplos daqueles que merecem um agradecimento: aquele que prestou um auxílio puramente técnico, uma ajuda na redação ou um chefe de departamento que tenha dado um apoio geral. Os editores devem pedir aos autores que mencionem se tiveram auxílio na redação e, se for o caso, identificar a origem do pagamento por essa ajuda. Os apoios financeiro e material devem ser agradecidos. Aqueles que contribuíram materialmente para o artigo, mas cujas contribuições não justificam a autoria, devem ser mencionados sob um título de “investigadores clínicos” ou “investigadores participantes” e suas funções ou contribuições devem ser descritas assim: “prestaram consultoria científica”, “revisaram criticamente a proposta do estudo”, “coletaram os dados” ou “prestaram assistência aos sujeitos de pesquisa”.

Como os leitores podem inferir que aqueles mencionados nos Agradecimentos endossam os dados e as conclusões, todas as pessoas precisam dar uma permissão por escrito para serem incluídas nessa Seção.

II. B. Editoria

II.B.1. O papel do Editor

O editor de uma revista é o responsável por todo o seu conteúdo. Os proprietários e os editores das revistas médicas têm um objetivo comum – a publicação de uma periódico confiável e de fácil leitura, produzido de acordo com os custos e os objetivos da publicação. Contudo, as funções dos proprietários e dos editores são diferentes. Os proprietários têm o direito de indicar e dispensar os editores e tomar importantes decisões administrativas, nas quais os editores devem ter a máxima participação possível. Os editores devem ter total autoridade na determinação do conteúdo da revista.

Esse conceito de liberdade editorial deve ser defendido com determinação pelos editores, mesmo que coloquem seus cargos em risco. Para garantir, na prática, tal liberdade, o editor deve ter acesso direto aos proprietários do mais alto escalão e não somente a um gerente que represente esses proprietários.

Os editores das revistas médicas devem ter um contrato que especifique claramente seus direitos e deveres, bem como os termos gerais da contratação e a definição dos mecanismos da resolução dos conflitos. Um conselho editorial independente pode ser útil para ajudar o editor a estabelecer e manter uma política editorial.

II.B.2. Liberdade editorial

O CIERM adota a definição de liberdade editorial da Associação Mundial dos Editores Médicos <<http://www.wame.org/wamestmt.htm>> Essa definição estabelece que a liberdade ou independência editorial é o conceito de que os editores-chefe devem ter total autoridade sobre o conteúdo da revista. Os proprietários do periódico não devem interferir na avaliação, na seleção ou na edição dos artigos, seja diretamente ou pela criação de um ambiente que influencie fortemente as decisões. Os editores devem basear suas decisões na validade do trabalho e na sua importância para os leitores e não no sucesso comercial da revista. Os editores devem ser livres para expressar pontos de vista críticos e responsáveis sobre todos os aspectos da Medicina, sem medo de represálias, mesmo que tais opiniões entrem em conflito com os objetivos comerciais da editora. Os editores e as associações dos editores têm a obrigação de apoiar o conceito da liberdade editorial e de levar as transgressões importantes a essa liberdade ao conhecimento das comunidades internacionais médicas, acadêmicas e leigas.

II.C. Revisão pelo Pares

A avaliação crítica não enviesada e independente é parte intrínseca de todo trabalho acadêmico, incluindo o processo científico. A revisão pelos pares é a avaliação crítica dos originais submetidos às revistas por especialistas que não fazem parte do corpo editorial. A revisão pelos pares pode ser vista como uma extensão importante do processo científico. Embora seu real valor tenha sido pouco estudado e esteja sendo amplamente debatido (4), a revisão pelos pares auxilia os editores a decidir que artigos são adequados para as suas revistas e ajuda aos autores e aos editores nos seus esforços para melhorar a qualidade dos seus textos. Uma revista com o sistema de revisão pelos pares é a que submete a uma avaliação externa a maioria dos seus artigos de pesquisa. O número e o tipo dos originais enviados para a revisão, o número de revisores, os procedimentos da revisão e a aceitação das opiniões dos revisores podem variar. No interesse da transparência, cada revista deve divulgar abertamente seus processos de avaliação nas instruções aos autores.

II.C. Conflitos de Interesse

A confiança do público no processo de revisão pelos pares e a credibilidade dos artigos publicados dependem,

em parte, da maneira como se lida com o conflito de interesse durante a escrita, a revisão pelos pares e a tomada da decisão editorial. O conflito de interesse existe quando um autor (ou a instituição do autor), revisor ou editor têm relações financeiras ou pessoais que influenciam inadequadamente (viés) as suas ações (essas relações também são chamadas de compromissos duplos, interesses conflitantes ou lealdades conflitantes). Elas variam desde aquelas com potencial desprezível de influência, até aquelas com grande potencial de influenciar os julgamentos, embora nem todas as relações caracterizem um verdadeiro conflito de interesse. O potencial para conflito de interesse pode existir independentemente de o indivíduo acreditar ou não que a relação afete o seu julgamento científico. As relações financeiras (emprego, consultorias, propriedade acionária, honorários e parecer remunerado de especialista) são os conflitos de interesse mais facilmente identificáveis e com maiores probabilidades de abalar a credibilidade da revista, dos autores e da própria Ciência. No entanto, os conflitos podem ocorrer por outras razões, tais como relações pessoais, competição acadêmica e paixão intelectual.

Todos os participantes da revisão pelos pares e do processo de publicação precisam declarar todas as relações que possam ser consideradas como um potencial conflito de interesse. A revelação dessas relações é também importante com relação aos editoriais e aos artigos de revisão, pois pode ser mais difícil detectar vieses nesses tipos de publicações, do que em relatórios das pesquisas originais. Os editores podem utilizar a informação obtida na declaração de conflitos de interesse como base para as decisões editoriais. Os editores devem publicar essa informação se eles consideram que ela seja importante para o julgamento do original.

II.C. Potenciais Conflitos de Interesse Relacionados a Compromissos dos Autores

Quando os autores submetem um manuscrito, seja um artigo ou uma carta, eles são responsáveis por declarar todas as relações financeiras e pessoais que possam enviesar o seu texto. Para evitar a ambigüidade, os autores precisam declarar explicitamente se existem ou não conflitos em potencial. Os autores devem fazer isso no manuscrito, em uma página de declaração de conflito de interesse, logo após a folha de rosto, fornecendo, se necessário, pormenores adicionais em uma carta de submissão que acompanha o manuscrito (*Ver Seção IV.A.3 Página de Declaração de Conflito de Interesse*)

Os autores devem identificar aqueles que ajudaram na redação e declarar a fonte de financiamento dessa ajuda. Os investigadores precisam declarar potenciais conflitos aos sujeitos de pesquisa e mencionar no artigo se eles assim o fizeram. Os editores precisam também decidir quando publicar as informações providas pelos autores sobre potenciais conflitos. Na dúvida, é melhor errar, publicando as informações.

II.D.2. Potenciais Conflitos de Interesse Relacionados ao Financiamento do Projeto

Cada vez mais, os estudos individuais recebem financiamento das empresas comerciais, das fundações parti-

culares e do governo. As condições desse financiamento têm o potencial de enviesar ou mesmo desacreditar a pesquisa. Os cientistas têm a obrigação ética de submeter para publicação os resultados confiáveis das suas pesquisas. Além disso, como aqueles diretamente responsáveis pelo seu trabalho, os pesquisadores não devem firmar acordos que interfiram com seus acessos aos dados ou com as suas capacidades de analisar os dados com independência, de preparar e publicar os originais. Os autores devem descrever o papel do(s) patrocinador(es), se for o caso, no delineamento do estudo; na coleta, na análise e na interpretação dos dados; na redação do relatório e na decisão de submeter o artigo para publicação. Se a fonte de financiamento não teve nenhuma participação, isso deve ser mencionado pelos autores. Os vieses potencialmente introduzidos, quando os patrocinadores estão diretamente envolvidos na pesquisa, são análogos aos vieses metodológicos de outras naturezas. Algumas revistas, portanto, optam por incluir a informação sobre a participação dos patrocinadores na seção de Métodos.

Os editores podem solicitar que os autores de um estudo, patrocinado por uma agência com interesse financeiro ou de propriedade nos desfechos, assinem uma declaração nos seguintes termos: “Eu tive acesso a todos os dados deste estudo e assumo a total responsabilidade pela integridade dos dados e pela precisão da análise dos mesmos”. Os editores devem ser encorajados a rever as cópias do protocolo e/ou os contratos relacionados com os projetos antes da aceitação desses estudos para publicação. Os editores podem decidir não aceitar um artigo se um patrocinador reivindicar controle sobre o direito de publicação dos autores.

II.D.3. Potenciais Conflitos de Interesse Relacionados aos Compromissos dos Editores, do Corpo Editorial ou dos Revisores

Os editores devem evitar selecionar uma revisão externa pelos pares com conflitos de interesse potenciais evidentes; por exemplo, aqueles que trabalham no mesmo departamento ou instituição de qualquer um dos autores. Os autores fornecem freqüentemente aos editores os nomes daquelas pessoas que eles supõem que não devam ser convidadas para rever um artigo em virtude de potenciais conflitos de interesse, em geral de ordem profissional. Quando possível, os autores devem explicar ou justificar as suas preocupações; essa informação é importante para os editores decidirem atender ou não a essas solicitações.

Os revisores precisam declarar para os editores quaisquer conflitos de interesse que possam enviesar suas opiniões sobre o original e eles devem recusar a rever certos artigos se eles se acharem com o julgamento comprometido. Da mesma maneira que com relação aos autores, quando os revisores não declaram potenciais conflitos, isso significa que ou esses conflitos existem e não foram declarados ou não existem. Assim, os revisores devem declarar explicitamente se os conflitos existem ou não. Os revisores não devem usar o conhecimento do trabalho, antes da sua publicação, em prol dos seus próprios interesses.

Os editores, que tomam as decisões finais sobre os originais, não podem ter nenhum envolvimento pessoal, profissional ou financeiro com qualquer tema que estejam julgando. Outros membros do corpo editorial, se participarem das decisões editoriais, devem fornecer aos editores uma descrição atualizada dos seus interesses financeiros (se tiverem relação com os julgamentos editoriais) e se absterem de qualquer decisão em que possam ter um conflito de interesse. O corpo editorial não deve utilizar, para ganho pessoal, as informações obtidas por meio do acesso aos originais. Os editores devem publicar regularmente as declarações sobre potenciais conflitos de interesses relacionados com compromissos do corpo editorial.

II.E. Privacidade e Confidencialidade

II.E.1. Pacientes e Sujeitos de Pesquisa

Os pacientes têm o direito à privacidade, a qual não deve ser infringida sem um consentimento informado. As informações sobre a identificação, incluindo os nomes dos pacientes, as iniciais e os números dos prontuários não devem ser publicadas em relatórios impressos, fotografias ou heredogramas, a menos que as informações sejam essenciais para os objetivos científicos e o paciente (ou seu responsável) dê seu consentimento por escrito para a publicação. O consentimento informado para essa finalidade requer que o paciente, que está sendo identificado, leia o artigo que vai ser publicado. Os autores devem mencionar a esses pacientes se, após a publicação, qualquer matéria que facilite a identificação estará disponível via Internet. Os pormenores da identificação devem ser omitidos quando não são essenciais. O anonimato completo é difícil de obter-se; contudo, o consentimento informado deve ser solicitado, se houver qualquer dúvida. Por exemplo, cobrir a região dos olhos nas fotografias dos pacientes não é uma forma adequada de proteger o anonimato. Se as características identificadoras são alteradas para ocultar a identidade, como por exemplo em heredogramas, os autores devem assegurar-se que as alterações não distorçam o significado científico e os editores devem registrar essa garantia. As normas para o consentimento informado devem ser incluídas nas instruções aos autores da respectiva revista. Quando o consentimento informado foi obtido, isso deve ser mencionado no artigo publicado.

II.E.2. Autores e Revisores

Os originais devem ser revistos, respeitando-se a confidencialidade dos autores. Ao submeter seus manuscritos para a revisão, os autores confiam aos editores os resultados do seu trabalho científico e do seu esforço criativo, dos quais suas reputações e carreiras podem depender. Os direitos dos autores podem ser violados pela revelação de pormenores confidenciais da revisão dos seus artigos. Os revisores têm também direito à confidencialidade, que deve ser observada pelo editor. A confidencialidade deve ser respeitada, exceto se houver suspeita de fraude ou de desonestidade.

Os editores não devem revelar informações sobre os originais (incluindo o recebimento, o conteúdo, a situação no processo de revisão, as críticas dos revisores e a decisão final sobre a publicação) a ninguém, a não ser aos autores e aos revisores. Isso inclui as solicitações para utilização das matérias para processos legais. Os editores devem deixar claro para os seus revisores que os artigos enviados para revisão são comunicações sigilosas e são propriedade particular dos autores. Assim, os revisores e os membros do corpo editorial precisam respeitar os direitos dos autores, não discutindo publicamente seus trabalhos ou apropriando-se das suas idéias, antes que o artigo tenha sido publicado. Os revisores não devem ter permissão para fazer cópias dos originais em seus arquivos e devem ser proibidos de compartilhá-los com outras pessoas, exceto com a permissão do editor. Os revisores devem devolver ou destruir as cópias dos originais, após submeter as revisões. Os editores não devem guardar cópias dos artigos rejeitados.

Os comentários do revisor não devem ser publicados ou, de outra forma, tornados públicos, sem a permissão do revisor, do autor e do editor.

As opiniões divergem sobre se os revisores devem permanecer anônimos. Os autores devem consultar as instruções aos autores da revista que eles escolheram, para saber se as revisões são anônimas. Quando os comentários não são assinados, a identidade dos revisores não deve ser revelada ao autor ou a qualquer outra pessoa, sem a permissão do revisor.

Alguns periódicos publicam os comentários dos revisores junto com o original. Esse procedimento não deve ser adotado sem o consentimento dos autores e dos revisores. Contudo, os comentários dos revisores devem ser enviados a outros revisores do mesmo original, o que ajuda os revisores a aprenderem sobre o processo de revisão. Os revisores podem ser notificados dessa decisão do editor.

II.F. Proteção aos Sujeitos de Pesquisa e aos Animais

Ao relatar experimentos com sujeitos de pesquisa, os autores devem mencionar se os procedimentos empregados estavam de acordo com os padrões éticos do comitê de ética em pesquisa humana (institucional e nacional) e com a Declaração de Helsinki de 1975, revista em 2000 (5). Se houver dúvida sobre se a pesquisa estava sendo conduzida de acordo com a Declaração de Helsinki, os autores precisam explicar a fundamentação do seu método e demonstrar que o comitê de ética institucional aprovou explicitamente os aspectos duvidosos do estudo. Quando relatam experimentos com animais, os autores devem mencionar se foram seguidas as diretrizes institucionais e nacionais para os cuidados e a utilização dos animais de laboratório.

III. Questões Editoriais Relacionadas à Publicação nas Revistas Biomédicas

III.A. Obrigação de Publicar Resultados Negativos

Os editores devem considerar para publicação qualquer estudo bem feito sobre uma pergunta importante, rele-

vante para os leitores, quer sejam os resultados negativos (aqueles que permitem que a hipótese nula seja aceita com validade), quer sejam positivos (aqueles que permitem que a hipótese nula seja rejeitada). Deixar de submeter ou publicar estudos negativos, em particular, contribui para o viés de publicação. Muitos estudos que parecem ser negativos são, de fato, inconclusivos; a publicação dos estudos inconclusivos é problemática, pois acrescentam pouco ao conhecimento biomédico e consomem recursos da revista. A Biblioteca Cochrane <<http://www.cochrane.org/>> às vezes se interessa em publicar ensaios inconclusivos.

III.B. Correções, Retratações e “Notas de Interesse”

Os editores devem inicialmente supor que os autores estão redigindo um trabalho baseado em observações honestas. Não obstante, podem surgir dois tipos de problemas.

Primeiro, os erros podem ser percebidos em artigos já publicados, os quais exigem a publicação de uma correção ou errata de parte do trabalho. As correções devem aparecer em uma página numerada, incluída no índice, com a citação original completa e com um atalho para o artigo original e vice-versa, em caso de publicação eletrônica. Pode acontecer que um erro seja tão grave que possa comprometer todo o trabalho, mas isso é pouco provável e deve ser tratado, caso a caso, pelos editores e pelos autores. Esses erros não devem ser confundidos com impropriedades trazidas à luz pelos novos conhecimentos científicos no curso normal de uma pesquisa. Isso não requer correções ou retratações.

O segundo tipo de problema é a fraude científica. Se surgirem grandes dúvidas sobre a honestidade ou a integridade do trabalho, quer submetido ou quer já publicado, é responsabilidade do editor assegurar que a questão seja devidamente esclarecida, geralmente pela instituição patrocinadora dos autores. Contudo, não é normalmente tarefa dos editores conduzirem uma completa investigação ou tomarem uma decisão; essa responsabilidade é da instituição onde o trabalho foi feito ou da agência de fomento. O editor deve ser imediatamente informado da decisão final e, se um artigo com fraude foi publicado, o periódico deve publicar uma retratação. Se esse método de abordagem não resultar em uma conclusão satisfatória, o editor pode optar por conduzir sua própria investigação. Como alternativa à retratação, o editor pode decidir por publicar uma nota de interesse sobre os aspectos da condução ou da integridade da pesquisa.

A retratação ou a nota de interesse, assim designada, deve aparecer em uma página numerada numa seção de destaque da revista impressa, assim como na versão eletrônica, devendo constar no índice e incluir em seu cabeçalho o título do artigo original. Ela não deve ser uma simples carta ao editor. Idealmente, o autor principal deve ser o mesmo na retratação como no artigo, embora em certas circunstâncias, o editor possa aceitar retratações de outros responsáveis. O texto deve explicar o porquê da retratação e deve incluir a referência completa do artigo.

Não se pode assumir a validade dos trabalhos anteriores do autor de um artigo fraudulento. Os editores podem solicitar à instituição do autor que atestem a validade dos

artigos anteriores publicados nas suas revistas ou que esses trabalhos também sejam retratados. Se isso não for feito, os editores podem optar por publicar uma nota, expressando a preocupação de que a validade dos trabalhos publicados anteriormente pode ser questionada.

III.C. Direitos Autorais

Muitas revistas biomédicas solicitam aos autores que transfiram os direitos autorais para o periódico. Contudo, cada vez mais, um maior número de periódicos de “acesso livre” não faz essa solicitação. Os editores devem deixar claro, para os autores e para aqueles interessados em utilizar o conteúdo das revistas, sua posição sobre a transferência dos direitos autorais. A política dos direitos autorais sobre os artigos pode variar dentro de um mesmo periódico: alguns conteúdos não podem ser submetidos à lei dos direitos autorais (artigos escritos por funcionários do governo norte-americano ou de outros países em função do seu trabalho); os editores podem dispensar, em alguns casos, a transferência dos direitos autorais; outros casos podem estar protegidos pelos direitos de série, isto é, é permitido o uso em publicações que não sejam revistas científicas, incluindo as publicações eletrônicas.

III.D. Sobreposição das Publicações

III.D.1. Submissão Duplicada

A maioria das revistas biomédicas não aceita os artigos que tenham sido simultaneamente submetidos a outros periódicos. Entre as considerações principais que motivaram essa decisão estão: 1) a discordância em potencial quando duas (ou mais) revistas reivindicam o direito de publicar um original que tenha sido submetido simultaneamente a mais de um periódico e 2) a possibilidade de que duas ou mais revistas realizem, por desconhecimento e sem necessidade, o trabalho da revisão pelos pares e da editoria do mesmo original, acabando por publicar o mesmo artigo.

Contudo, os editores de periódicos diferentes podem decidir publicar simultaneamente um artigo, se eles acreditarem que, ao fazer isso, estarão agindo no melhor interesse da saúde pública.

III.D.2. Publicação Redundante

A publicação redundante é a publicação de um artigo que se sobreponha substancialmente com outro já publicado em versão impressa ou eletrônica.

Os leitores dos periódicos primários, sejam impressos ou sob forma eletrônica, merecem poder confiar que aquilo que estão lendo seja original e não ser que haja uma menção clara de que o artigo está sendo republicado por escolha do autor e do editor. As bases para essa posição são as leis internacionais dos direitos autorais, a conduta ética e a utilização eficiente dos recursos. A publicação duplicada de uma pesquisa original é particularmente problemática, pois pode resultar em contagem dupla inadvertida ou ponderação inade-

quada dos resultados de um único estudo, o que distorcerá as evidências disponíveis.

A maioria das revistas não deseja receber artigos sobre um trabalho que já tenha sido relatado em grande parte em um artigo já publicado ou que esteja contido em outro artigo que tenha sido submetido ou aceito para publicação em outra revista, em meio eletrônico ou impresso. Essa política editorial não impede que a revista considere, para publicar, um artigo que tenha sido rejeitado por outra revista ou publique um texto completo que se segue à publicação de uma comunicação preliminar (um resumo ou um pôster apresentado em um encontro científico). Essa mesma política não impede que as revistas aceitem, para publicação, um artigo que tenha sido apresentado em um congresso, mas ainda não tenha sido publicado na íntegra ou que esteja sendo considerado para publicação sob forma de anais de congresso ou de outro formato similar. Reportagens na imprensa sobre futuros congressos não serão geralmente consideradas como quebra dessa regra, mas essas reportagens não podem conter dados adicionais ou cópias das tabelas e das ilustrações.

Quando submete um artigo, o autor deve sempre fazer uma declaração ao editor sobre todas as submissões e relatórios anteriores que possam ser vistos como publicação redundante ou duplicada do mesmo artigo ou de artigo muito semelhante. O autor precisa alertar o editor se o original inclui sujeitos de pesquisa sobre os quais os autores publicaram um artigo anterior ou sujeitos de pesquisa incluídos em artigo semelhante já enviado a outra publicação. Qualquer relatório desse tipo deve ser mencionado e referenciado no novo artigo. As cópias dessa matéria devem ser incluídas com o artigo submetido para ajudar o editor a decidir como lidar com o assunto.

Se uma publicação redundante ou duplicada já ocorreu ou está em fase de submissão, sem essa notificação, os autores devem esperar uma ação por parte do editor. No mínimo, se espera a rejeição imediata do original submetido. Se o artigo já foi publicado e o editor não estava ciente dessas violações, publica-se um aviso sobre a publicação redundante ou duplicada com ou sem a explicação ou a aprovação do autor.

Relatórios preliminares, para os meios públicos de comunicação, para as agências governamentais ou para as indústrias, das informações científicas contidas em um artigo ou carta ao editor, as quais foram aceitas, mas ainda não publicadas, viola a política editorial de muitas revistas. Esses relatórios podem ser feitos quando o artigo ou a carta descreve grandes avanços terapêuticos, riscos para a saúde pública (efeitos adversos graves dos fármacos, das vacinas, dos produtos biológicos ou dos equipamentos médicos) ou doenças de notificação compulsória. Esse tipo de comunicação não deve prejudicar a publicação, mas deve, com antecedência, ser discutida e aprovada pelo editor.

III.D.3. Publicação Secundária Aceitável

Certos tipos de artigos, tais como diretrizes elaboradas por agências governamentais ou organizações profissionais, podem precisar atingir o maior número possível de leitores.

res. Nesses casos, os editores, às vezes, escolhem deliberadamente publicar matéria que está sendo publicado em outros periódicos, com a concordância dos autores e dos editores daquelas revistas. A publicação secundária, por várias outras razões, no mesmo ou em outro idioma, principalmente em outros países, está justificada e pode ser útil, desde que sejam satisfeitas todas as condições mencionadas a seguir:

1. Os autores tenham obtido aprovação dos editores de ambas as revistas; o editor relacionado com a publicação secundária precisa ter uma fotocópia, uma versão impressa ou um original da versão primária.

2. A prioridade da publicação primária é respeitada por meio de um intervalo de publicação de no mínimo uma semana (exceto se negociado especificamente por ambos os editores).

3. O artigo da publicação secundária se destina para um grupo diferente de leitores; uma versão reduzida pode ser o suficiente.

4. A versão secundária reflete com fidelidade os dados e as interpretações da versão primária.

5. A nota de rodapé na folha de rosto da versão secundária informa aos leitores, aos pares e às agências de documentação que o artigo foi publicado na íntegra ou em parte e menciona a referência primária. Essa nota deve ter o seguinte teor: “Este artigo está baseado em um estudo publicado inicialmente no [título da revista e referência completa]. A permissão para a publicação secundária deve ser gratuita.

6. O título da publicação secundária deve indicar que se trata de uma publicação secundária (nova publicação na íntegra, nova publicação reduzida, tradução integral do texto ou tradução reduzida) de uma publicação primária. Nota: a Biblioteca Nacional de Medicina não considera as traduções como “novas publicações” e não cita ou indexa as traduções quando o artigo original tiver sido publicado em um periódico indexado no MEDLINE.

III.D.4. Manuscritos Concorrentes Baseados no Mesmo Estudo

A publicação dos manuscritos que tratam das controvérsias entre pesquisadores pode desperdiçar espaço no periódico e confundir os leitores. Por outro lado, se os editores publicam conscientemente um original escrito por alguns membros de uma equipe de colaboradores, eles podem estar negando ao resto da equipe seu direito legítimo de co-autoria; eles podem estar também negando, aos leitores da revista, o acesso às legítimas diferenças de opinião sobre a interpretação de um estudo.

Existem dois tipos de submissões concorrentes: as submissões por colaboradores que discordam da análise e da interpretação do seu estudo e as submissões dos colaboradores que discordam sobre quais são as observações e quais são os dados que serão relatados.

Deixando de lado a questão não resolvida da propriedade dos dados, as observações seguintes podem ajudar os editores e aqueles que tratam desses problemas.

III. D.4.a. Diferenças na Análise ou na Interpretação

Se as controvérsias se referem à análise ou à interpretação dos dados, os autores devem submeter um original

que apresente claramente as duas versões. A diferença de opinião deve ser explicada em uma carta de submissão. O processo normal de revisão do artigo pelos pares e pelo editor pode ajudar os autores a resolver seus desacordos com relação à análise ou à interpretação. Se a controvérsia permanece e o estudo merece uma publicação, ambas as versões devem ser publicadas. As opções são publicar dois artigos sobre o mesmo estudo ou um único artigo com duas análises e duas interpretações. Nesses casos, seria apropriado para os editores publicar uma declaração descrevendo sucintamente o desacordo e a participação da revista nas tentativas de resolvê-lo.

III.D.4. b. Diferenças nos Relatórios dos Métodos e dos Resultados

Se as controvérsias se referem a opiniões divergentes sobre o que foi realmente feito ou observado durante o estudo, o editor da revista deve recusar a publicação até que o desacordo seja resolvido. A revisão pelos pares não pode resolver esses problemas. Se houver alegações de desonestidade ou fraude, os editores devem informar às autoridades competentes; os autores devem ser notificados da intenção do editor de reportar uma suspeita de má conduta durante a pesquisa.

III.D.5. Manuscritos Concorrentes Baseados no Mesmo Banco de Dados

Os editores, por vezes, recebem originais, proveniente de grupos de pesquisa diferentes, que analisaram os mesmos dados, por exemplo, de um banco de dados público. Os originais podem diferir nos seus métodos analíticos, conclusões ou em ambos. Nesse caso, cada artigo deve ser analisado separadamente. Quando as interpretações dos mesmos dados são muito semelhantes, é razoável, mas não obrigatório, que os editores dêem preferência ao manuscrito recebido em primeiro lugar. Contudo, a avaliação editorial das submissões múltiplas pode estar justificada nessa circunstância e pode até mesmo haver uma boa razão para a publicação de mais de um artigo, pois as diferenças das abordagens da análise podem ser complementares e igualmente válidas.

III.E. Correspondência

As revistas biomédicas devem colocar à disposição dos seus leitores um mecanismo para submissão de comentários, questões ou críticas sobre os artigos publicados, assim como relatos e comentários breves não relacionados a artigos publicados anteriormente. Provavelmente, essas comunicações adquiram a forma de uma seção ou coluna de correspondência. Os autores dos artigos mencionados na correspondência devem ter uma oportunidade de resposta, de preferência no mesmo fascículo no qual a correspondência original aparece. Os autores da correspondência devem fazer uma declaração de conflitos de interesse.

O texto da correspondência pode ser editado por razões de espaço, correção gramatical ou do estilo da revista. Por outro lado, os editores podem decidir publicar a corres-

pondência, sem nenhuma modificação, nas seções de respostas rápidas na Internet; a revista deve mencionar sua política editorial a esse respeito. Os autores têm que aprovar as alterações editoriais que alteram a substância ou o tom de uma carta ou de uma resposta.

Embora os editores tenham a prerrogativa de selecionar o texto da correspondência que seja irrelevante, sem interesse ou que não se relacione ao assunto, têm também a responsabilidade de permitir a expressão de várias opiniões. A coluna da correspondência não deve ser usada meramente para promover os pontos de vista da revista ou dos editores. Em todos os casos, os editores precisam esforçar-se para não publicar afirmações grosseiras, imprecisas ou difamatórias e não devem permitir argumentos *ad hominem* cujos propósitos sejam desmerecer opiniões ou resultados.

Em nome da imparcialidade e a fim de manter a correspondência dentro de proporções adequadas, as revistas podem estabelecer limites de tempo para resposta aos artigos e às cartas e para o debate de um determinado assunto. As revistas devem também decidir se notificam os autores quando uma correspondência relacionada aos seus artigos publicados vai aparecer na seção padrão ou na de respostas rápidas. Os periódicos também devem estabelecer normas com respeito ao arquivamento das correspondências não editadas que são publicadas por via eletrônica. Essas normas devem ser publicadas tanto na versão impressa como na versão eletrônica da revista.

III.F. Suplementos, Números Temáticos e Séries Especiais

Os suplementos são coleções de artigos que abordam tópicos ou temas relacionados; são publicados como um fascículo separado da revista ou como parte de um fascículo regular e são, geralmente, patrocinados por outras fontes que não aquelas que financiam normalmente a revista. Os suplementos podem servir a algumas finalidades importantes: educação, intercâmbio das informações sobre a pesquisa, facilidade do acesso a um determinado conteúdo e melhoria da cooperação entre as entidades acadêmicas e empresariais. Como as fontes de financiamento podem influenciar o conteúdo dos suplementos pela escolha de assuntos e pontos de vista, as revistas devem adotar os princípios abaixo mencionados. Esses mesmos princípios se aplicam aos números temáticos e às séries especiais que receberam financiamento externo e/ou que tenham editores convidados.

1. O editor do periódico deve assumir total responsabilidade pelas políticas, práticas e conteúdo dos suplementos, com o controle absoluto da decisão de publicar todas as partes do suplemento. A edição por uma organização financiadora não deve ser permitida.
2. O editor do periódico tem a autoridade para enviar os originais do suplemento para revisão externa pelos pares e para rejeitar os manuscritos submetidos. Essas condições devem ser conhecidas dos autores e os editores externos do suplemento antes que se inicie o processo editorial.

3. O editor da revista deve aprovar a indicação de um editor externo para o suplemento e ter a responsabilidade pelo trabalho desse editor.
4. As fontes de financiamento da pesquisa e da publicação, assim como o nome dos produtos que a fonte financiadora produz e que se relacionam com o suplemento, devem ser mencionados em local bem visível do suplemento, de preferência em cada página. Sempre que possível, o financiamento deve advir de mais de um patrocinador.
5. A propaganda nos suplementos deve seguir as mesmas regras daquelas do restante da revista.
6. Os editores da revista devem deixar claro para os leitores a diferença entre as páginas editoriais regulares e as páginas do suplemento.
7. Os editores da revista e os editores do suplemento não devem aceitar favores pessoais ou remuneração dos patrocinadores do suplemento.
8. A publicação secundária nos suplementos (publicação de artigos já publicados em outras revistas) deve estar identificada claramente pela citação do artigo original. Os suplementos devem evitar a publicação redundante ou duplicada. Os suplementos não devem publicar de novo os resultados das pesquisas, mas uma nova publicação, de diretrizes ou de outra matéria de interesse público, pode ser adequada.
9. Os princípios de autoria e a declaração de potencial conflito de interesse, mencionados em outra parte deste documento, devem ser aplicados aos suplementos.

III.G. Publicação Eletrônica

A maior parte das revistas biomédicas é publicada atualmente tanto na versão impressa como na versão eletrônica e algumas são publicados somente sob forma eletrônica. A publicação eletrônica (aí incluída a Internet) deve ter as mesmas características da versão impressa. No interesse da clareza e da consistência, a informação das Ciências da Saúde publicada na Internet deve seguir, sempre que possível, as recomendações deste documento.

A natureza da publicação eletrônica requer algumas considerações especiais, algumas fora do escopo deste documento. Como normas mínimas, os sítios devem indicar: os nomes, as credenciais apropriadas, as afiliações e os conflitos de interesse relevantes dos editores, dos autores e dos colaboradores; a documentação e a atribuição das referências e fontes de todo o conteúdo; a informação sobre direitos autorais; a declaração de propriedade do sítio e declaração de patrocínio, da publicidade e do financiamento comercial.

A existência de atalho, de um sítio sobre saúde para outro sítio, pode ser considerada como uma recomendação implícita da qualidade do segundo sítio. As revistas devem, então, ter cautela em criar atalhos; quando os usuários acessam um atalho, é útil avisá-los por meio de uma mensagem que eles estão saindo da página eletrônica da revista. Se os atalhos forem colocados com intenções comerciais, isso deve ser

claramente mencionado. Todas as datas de inserção e de atualizações do conteúdo devem estar indicadas. Tanto na apresentação sob forma eletrônica como na impressa, as mensagens publicitárias e promocionais não podem ser justapostas com o conteúdo editorial e o texto comercial deve ser identificável como tal.

A publicação eletrônica é uma área que está em constante evolução. Os editores devem elaborar, disponibilizar para os autores e implementar normas sobre questões específicas das publicações eletrônicas. Tais questões incluem arquivamento, correção de erros, controle da versão, escolha da forma impressa ou eletrônica da revista como publicação de referência, publicação de material auxiliar e publicação eletrônica.

Sob nenhuma hipótese, a revista deve remover um artigo do seu sítio ou arquivo. Se um artigo precisa ser corrigido ou retratado, a explicação deve ser mencionada adequadamente e comunicada, tão logo quando possível, em uma página citada num fascículo subsequente da revista.

A preservação dos artigos eletrônicos em um arquivo permanente é essencial para o registro histórico. O acesso ao arquivo deve ser imediato e deve ser controlado por terceiros, tal como uma biblioteca, e não pelo dono da editora. O depósito em vários arquivos é incentivado.

III.H. Propaganda

A maioria das revistas médicas tem anúncios, que geram receita para aqueles que as publicam, mas a propaganda não pode influenciar as decisões editoriais. As revistas devem ter uma política editorial escrita, formal, explícita com relação à propaganda, tanto na versão impressa como na versão eletrônica; essa política na versão eletrônica deve ser a mais próxima possível da política relacionada à versão impressa. Os editores devem ter autoridade total e definitiva para aprovar os anúncios e executar a política da propaganda.

Onde existirem organismos independentes para a revisão da propaganda, os editores devem utilizar o julgamento deles. Os leitores devem ser capazes de distinguir claramente entre matéria de propaganda e matéria editorial. A justaposição desses dois tipos de matérias, em relação aos mesmos produtos ou temas, deve ser evitada. A intercalação das páginas de anúncios dentro dos artigos aborrece os leitores, porque interrompe o fluxo do texto e não deve ser estimulada. A propaganda não deve ser vendida com a condição de aparecer no mesmo fascículo de um determinado artigo.

As revistas não devem ser dominadas pela propaganda, mas os editores devem ter cuidado com a publicação de anúncios de apenas um ou dois anunciantes, pois os leitores podem imaginar que esses anunciantes influenciaram o editor.

As revistas não devem publicar anúncios de produtos sabidamente danosos à saúde – por exemplo, do fumo. Os editores devem assegurar-se de que seja cumprida a legislação para anúncios em vigor nos seus países ou senão, criarem suas próprias normas. Os interesses das organizações ou agências não devem controlar os anúncios classificados ou de outro formato, exceto quando exigido por lei. Finalmente, os editores devem levar em conta todas as críticas aos anúncios publicados.

III. I. Revistas Médicas e os Meios de Comunicação

O interesse do público leigo, nas notícias sobre pesquisa médica, levaram os meios de comunicação a competir intensamente em busca das informações mais recentes sobre as pesquisas. Os pesquisadores e as instituições, por vezes, estimulam os relatos da pesquisa na mídia, antes da publicação na íntegra em uma revista científica, por intermédio de entrevistas ou de conferências de imprensa.

O público tem direito às informações médicas importantes sem muita demora e os editores têm a responsabilidade de desempenhar um papel nesse processo. Os periódicos biomédicos são publicados primariamente para os seus leitores específicos, mas o público leigo tem um legítimo interesse nos seus conteúdos; um equilíbrio adequado deve então guiar a interação das revistas com os meios de comunicação para que esses outros interesses sejam satisfeitos. Na sua prática diária, os médicos precisam das comunicações científicas disponíveis com todos os pormenores, antes que possam aconselhar os seus pacientes sobre os resultados das pesquisas. Além disso, os textos, na mídia, da pesquisa científica antes que o trabalho tenha sido submetido à revisão pelos pares e publicado na íntegra, podem contribuir para a divulgação de conclusões imprecisas ou prematuras.

Em alguns países, foi estabelecido um sistema de proibição que impede a publicação de matéria na mídia leiga antes que o artigo original, no qual a matéria está baseada, seja publicado na revista científica. Essa proibição cria um campo regulatório que agrada à maioria dos jornalistas, pois diminui a pressão sobre eles para publicar uma matéria sem o tempo necessário para prepará-la cuidadosamente. Uma coerência sobre a época correta de liberar informações biomédicas é também importante para minimizar o impacto econômico, pois alguns artigos contêm informações que têm o potencial de influenciar os mercados financeiros. Por outro lado, o sistema de embargo tem sido questionado como protecionismo aos interesses do periódico científico e um obstáculo à rápida disseminação das informações científicas.

Os editores podem considerar úteis as seguintes recomendações para estabelecer uma política editorial sobre essas questões:

- Os editores podem estimular a transmissão ordenada, para o público leigo, das informações médicas geradas pelos pesquisadores, por meio das revistas com revisão pelos pares. Isso pode ser conseguido, por intermédio de um acordo com os autores de que eles não publicarão seu trabalho, enquanto o original estiver sendo avaliado ou estiver no prelo e com um acordo com a mídia de que as matérias não serão publicadas antes da publicação na revista científica; em troca, a revista cooperará com os meios de comunicação na preparação de matérias com boa qualidade.
- Os editores devem ter em mente que o sistema de proibição funciona com base na ética; não existe nenhum mecanismo formal de implementação das regras ou do controle. Se houver a decisão de uma

parte significativa dos veículos de comunicação ou das revistas biomédicas de não respeitar a proibição, o sistema de embargo caminhará para uma rápida dissolução.

- Muito pouca pesquisa médica tem uma evidente implicação clínica importante e urgente para a saúde pública que justifique que seja conhecida antes da publicação na íntegra em um periódico científico. Em tais circunstâncias excepcionais, contudo, as autoridades responsáveis pela saúde pública devem decidir e devem responsabilizar-se pela divulgação antecipada para os médicos e para os meios de comunicação. Se o autor e as autoridades competentes quiserem que um manuscrito seja avaliado por um determinado periódico, o editor deve ser consultado antes da divulgação antecipada. Se os editores aceitam a necessidade da divulgação imediata, eles devem abrir mão das políticas editoriais que limitam a divulgação antes da publicação.
- As políticas destinadas a restringir a divulgação antes da publicação não devem ser aplicadas a notícias na mídia sobre apresentações nos congressos científicos nem sobre os resumos apresentados nesses congressos (ver Publicação Redundante). Os investigadores que apresentam os seus trabalhos em um encontro científico devem sentir-se à vontade para discutir suas apresentações com os jornalistas, mas devem evitar fornecer mais pormenores sobre seus estudos do que aquilo que foi apresentado nas suas palestras.
- Quando um artigo está para ser publicado, os editores devem auxiliar os meios de comunicação a preparar matérias de boa qualidade, fornecendo informações, respondendo perguntas, dando exemplares antecipados do periódico ou encaminhando os jornalistas para os especialistas naquele assunto. A maioria dos jornalistas responsáveis sabe que essa ajuda está condicionada à cooperação da mídia em fazer coincidir a publicação das suas matérias com a publicação do artigo científico.

- Os editores, os autores e os meios de comunicação devem aplicar os mesmos princípios descritos acima a qualquer material divulgado antecipadamente nas versões eletrônicas das revistas.

III.J. Obrigação de Registrar os Ensaio Clínicos

O CIERM acredita que seja importante estimular um banco de dados dos ensaios clínicos que seja completo e disponível para o público. O CIERM define um ensaio clínico como qualquer projeto de pesquisa que prospectivamente aloca sujeitos de pesquisa para intervenção ou comparação concorrente ou para grupos de controle, a fim de estudar as relações de causa e efeito entre uma intervenção médica e um desfecho clínico. As intervenções médicas incluem fármacos, procedimentos cirúrgicos, equipamentos, tratamentos comportamentais, modificações no processo de terapia, etc. Os editores membros do CIERM exigirão, como condição para a publicação nas suas revistas, que haja registro em um cadastro público de ensaios. As normas dessa política estão contidas nos Editoriais <http://www.icmje.org/clin_trialup.htm> O CIERM estimula que os editores de outras revistas biomédicas adotem uma política semelhante.

O CIERM não defende nenhum cadastro em particular, mas as suas revistas devem solicitar dos autores o registro dos seus ensaios em um cadastro que satisfaça alguns critérios. O registro deve ser acessível ao público de forma gratuita. O cadastro deve ser aberto a qualquer um que queira fazer um registro e deve ser gerenciado por uma organização sem fins lucrativos. Deve haver um mecanismo para assegurar a validade dos dados de registro e ele deve ser passível de busca eletrônica. Um cadastro aceitável deve incluir, no mínimo, os dados mencionados na tabela abaixo. O registro do ensaio clínico, com campos em branco ou com informações que contêm terminologia pouco informativa, não é adequado.

O CIERM recomenda que os periódicos publiquem o número de registro do ensaio no fim do Resumo.

Conjunto mínimo dos dados dos registros*

Item	Comentário
1. Número único do ensaio	O número único do ensaio deve ser estabelecido pela entidade que organiza o cadastro
2. Data do registro do ensaio	A data do registro deve ser estabelecida pela entidade que organiza o cadastro
3. Identificações secundárias	Podem ser atribuídas pelos patrocinadores ou por outros interessado (pode não haver nenhum)
4. Fonte(s) de financiamento	Nome da(s) organização (ções) que financiaram o estudo
5. Patrocinador principal	A principal entidade responsável pela realização da pesquisa
6. Patrocinador(es) secundário(s) pesquisa	As entidades secundárias, se existirem, responsáveis pela realização da

7. Pessoa responsável pelo contato	Pessoa que os paciente interessados em participar devem contactar
8. Pessoa de contato sobre a pesquisa	Pessoa a contactar sobre questões científicas da pesquisa
9. Título do estudo	Título conciso escolhido pelo grupo de Pesquisa (pode ser omitido se for desejo dos pesquisadores)
10. Título científico oficial do Estudo	Este título deve incluir o nome da intervenção, a doença que está sendo estudada e o desfecho (ex.: O estudo internacional da digoxina e morte por insuficiência cardíaca congestiva)
11. Parecer da comissão de ética	Por ocasião do cadastramento, o estudo teve a aprovação por um comitê de ética (sim/não)? (Supõe-se que todos os ensaios cadastrados serão aprovados por um comitê de ética antes do seu início)
12. Doença	A doença que está sendo objeto do estudo (ex.: asma, infarto do miocárdio, depressão)
13. Intervenção(ções)	Uma descrição do estudos e o controle ou a comparação da(s) intervenção(ções) (para um fármaco ou qualquer produto registrado para venda ao público, em qualquer lugar do mundo, esse é o nome genérico; para um fármaco ainda sem registro oficial, aceita-se o nome genérico ou o número de série da indústria farmacêutica). A duração da(s) intervenção(ções) deve(m) ser especificada.
14. Critérios de inclusão e exclusão	Características dos pacientes que determinam a elegibilidade para a participação no estudo
15. Tipo do estudo	Os bancos de dados devem ter um menu em cascata, incluindo opções para mascaramento aleatorizado vs. não aleatorizado (ex.: duplo-cego, cego simples), tipos de controles (ex.: placebo, ativo) e alocação dos grupos (ex.: paralelo, cruzado, fatorial)
16. Data prevista para o início do ensaio	Data estimada para a inscrição do primeiro participante
17. Cálculo amostral	Número total de sujeitos de pesquisa que os investigadores planejam incluir antes de impedir a entrada de novos participantes
18. <i>Status</i> do recrutamento	Essa informação está disponível (sim/não) (Caso positivo, crie um atalho para a informação)
19. Desfecho primário	O desfecho primário que o desenho do estudo objetiva avaliar. A descrição deve conter o momento em que o desfecho é avaliado (ex.: pressão arterial aos 12 meses)
20. Desfechos secundários	Os desfechos secundários mencionados no protocolo. A descrição deve incluir o momento da avaliação (ex.: depuração da creatinina aos seis meses)

* *Os campos de dados foram especificados em uma reunião convocada pela OMS em abril de 2005; os comentários explicativos são do CIERM.*

IV. Preparação e Submissão do Manuscrito

IV.A. Preparação do Manuscrito para Submissão a uma Revista Biomédica

Os editores e os revisores passam muitas horas lendo os originais e, por isso, gostam de receber artigos fáceis de ler e de editar. Muitas das informações inseridas nas instruções aos autores têm por objetivo uma formatação que satis-

faça as necessidades específicas de cada periódico. As diretrizes que se seguem fornecem uma fundamentação para a preparação dos originais para qualquer revista.

IV.A.1.a. Princípios Gerais

O texto dos artigos das pesquisas observacionais e experimentais é geralmente (mas não necessariamente) dividido em seções com os títulos Introdução, Métodos, Resulta-

dos e Discussão. Essa estrutura, denominada “*IMRAD*”, não é simplesmente um formato arbitrário de publicação, mas, ao contrário, uma reflexão direta do processo de descoberta científica. Os artigos mais longos podem necessitar de subtítulos em algumas seções (principalmente nas de Resultados e de Discussão) para tornar o conteúdo mais claro. Outros tipos de artigos, tais como relatos de casos, revisões e editoriais necessitam provavelmente outros tipos de formatos.

A publicação nos formatos eletrônicos criou as oportunidades para adicionar pormenores ou verdadeiras seções apenas na versão eletrônica, para colocar as informações em camadas, para elaborar ligações cruzadas ou para extrair trechos dos artigos, etc. Os autores precisam trabalhar em conjunto com os editores no desenvolvimento e na utilização desses novos formatos de publicação e devem submeter, para a revisão pelos pares, matérias para possível utilização em publicações eletrônicas suplementares.

O espaçamento duplo ao longo de todo o manuscrito – inclusive na folha de rosto, no resumo, no texto, nos agradecimentos, nas referências, nas tabelas e nas legendas, além de margens generosas, permitem aos editores e revisores editar o texto linha por linha e acrescentar comentários e perguntas, diretamente na cópia em papel. Se os originais são submetidos sob forma eletrônica, os arquivos devem ter espaço duplo, pois o original pode precisar ser impresso para a revisão e a edição.

Durante o processo editorial, os revisores e os editores necessitam freqüentemente se referir a partes específicas do manuscrito, o que se torna difícil a não ser que as páginas sejam numeradas. Os autores devem, portanto, numerar consecutivamente todas as páginas do artigo, começando com a folha de rosto.

IV.A.1.b. Diretrizes para Relatórios de Desenhos de Estudo Específicos

Os relatórios das pesquisas omitem freqüentemente informações importantes. As normas gerais listadas na seção seguinte se relacionam aos elementos essenciais dos relatos de todos os desenhos de estudo. Além disso, os autores são estimulados a consultar as normas relevantes para os seus desenhos de estudo específicos. Para os relatos de ensaios aleatorizados e controlados, os autores devem consultar as normas CONSORT <<http://www.consort-statement.org/>> Essas diretrizes estão constituídas por um conjunto de recomendações que abrangem uma lista de itens a relatar e um diagrama

ma de fluxo dos pacientes. Diretrizes sobre os relatórios também foram elaboradas para outros desenhos de estudo e alguns periódicos podem solicitar aos autores que as utilizem. (ver Tabela: Diretrizes para Relatórios). Os autores devem consultar as instruções aos autores das revistas em que escolheram publicar.

IV.A.2. A Folha de Rosto

A folha de rosto deve trazer as seguintes informações:

1. O título do artigo. Os títulos concisos são mais fáceis de ler do que aqueles longos e complicados. No entanto, os títulos muito curtos podem não mostrar informações importantes, tais como o desenho do estudo (particularmente importante para identificar ensaios casualizados e controlados). Os autores devem incluir, no título, todas as informações que aumentem a sensibilidade e a especificidade da pesquisa eletrônica do artigo.
2. Os nomes dos autores e suas filiações institucionais. Alguns periódicos publicam a(s) maior(es) titulação(ções) acadêmica(s) de cada autor
3. O nome do departamento(s) e instituição(ções) aos quais devem ser atribuídos o estudo.
4. Avisos importantes, se houver.
5. Autor correspondente. O nome, o endereço de correio, os números de telefone e fax e o endereço eletrônico do autor responsável pela correspondência sobre o original (o “autor correspondente”); esse autor pode ser, na falta de indicação de outro, aquele que se responsabiliza pela integridade de todo o estudo. O autor correspondente deve indicar claramente se o seu endereço eletrônico pode ser publicado.
6. O nome e o endereço do autor a quem o pedido de cópias do artigo deve ser dirigido ou uma declaração de que os autores não disponibilizarão cópias
7. Fonte(s) de apoio na forma de subvenções, equipamentos e fármacos
8. Um título resumido. Algumas revistas solicitam um título resumido, geralmente com não mais que

Diretrizes para relatos

Iniciativa	Tipo de estudo	Referência
CONSORT	ensaios aleatorizados controlados	http://www.consort-statement.org
STARD	estudos de acurácia diagnóstica	http://www.consortstatement.org/stardstatement.htm
QUORUM	revisões sistemáticas e metanálises	http://www.consortstatement.org/Initiatives/MOOSE/moose.pdf
STROBE	estudos observacionais em epidemiologia	http://www.strobe-statement.org
MOOSE	metanálises de estudos observacionais em epidemiologia	http://www.consortstatement.org/Initiatives/MOOSE/moose.pdf

40 caracteres (contar letras e espaços), colocado na linha de rodapé da folha de rosto. Os títulos resumidos são impressos na maioria das revistas, mas são algumas vezes também empregados na secretaria editorial para classificar e localizar os originais.

9. Contadores de palavras. Um contador de palavras só para o texto (excluindo o resumo, os agradecimentos, as legendas das figuras e as referências) permite aos editores e aos revisores analisar se as informações contidas no artigo justificam a quantidade de espaço necessária para elas e se o manuscrito submetido está dentro dos limites de palavras estabelecidos pela revista. Pela mesma razão, é também útil um contador de palavras independente para o Resumo
10. O número de figuras e tabelas. É difícil para o corpo editorial e para os revisores dizer se as figuras e as tabelas, que deveriam acompanhar um manuscrito, foram realmente anexadas, a menos que os números das figuras e tabelas, que pertençam ao manuscrito, estejam mencionados na folha de rosto.

IV.A.3. Página da Declaração de Conflito de Interesse

Para evitar que as informações sobre eventual conflito de interesse dos autores sejam omitidas ou perdidas, é necessário que essas informações façam parte do manuscrito. Assim, elas devem ser inseridas em uma página ou em páginas separadas, imediatamente após a folha de rosto. Entretanto, cada revista pode pedir que os autores coloquem essas informações em outros lugares e alguns periódicos até mesmo não encaminham as informações sobre conflitos de interesse para os revisores (ver Seção II.D. *Conflitos de interesse*)

IV.A.4. Resumo e Palavras-chave

Um resumo (normas para o tamanho e o formato estruturado variam com a revista) deve vir após a folha de rosto. No resumo deve constar a introdução ou o contexto do estudo e os objetivos, os procedimentos básicos (critérios de seleção dos sujeitos de pesquisa ou dos animais de laboratório, os métodos analíticos observacionais e analíticos), os resultados principais (mencionando o tamanho do efeito e, se possível, sua significância estatística) e as conclusões principais. O resumo deve enfatizar os novos e importantes aspectos do estudo ou das observações.

Como os resumos são a única parte importante do artigo indexada em muitos bancos de dados eletrônicos e a única parte que muitos leitores lêem, os autores precisam cuidar para que os resumos reflitam adequadamente o conteúdo do artigo. Infelizmente, muitos resumos estão em desacordo com o texto do artigo (6). O formato exigido para os resumos estruturados difere de periódico para periódico e mesmo algumas revistas utilizam mais de uma estrutura; os autores devem preparar seus resumos no formato especificado pelo periódico que escolheram.

Alguns periódicos exigem que, após o resumo, os autores forneçam e identifiquem como tal, três a dez palavras-chave ou frases curtas que expressem o sentido dos principais tópicos do artigo. Essas palavras vão ajudar os indexadores na indexação cruzada do artigo e podem ser publicadas junto com o resumo. Os termos do *Medical Subject Headings (MeSH)* do Index Medicus devem ser utilizados; se os termos *MeSH* não estão disponíveis para termos recentemente introduzidos, esses podem ser empregados.

IV.A.5. Introdução

A introdução descreve o contexto ou os antecedentes do estudo (isto é, a natureza do problema e sua importância). Menciona o objetivo específico da pesquisa ou a hipótese testada pelo estudo ou pela observação; o objetivo da pesquisa é frequentemente mais focado quando elaborado como uma pergunta. Tantos os objetivos principais como os objetivos secundários devem ser claros e qualquer análise prevista de subgrupo deve ser descrita. Na Introdução, devem ser citadas somente as referências totalmente pertinentes e não incluir dados ou conclusões do trabalho que está sendo relatado.

IV.A.6. Métodos

A seção de Métodos só deve incluir as informações disponíveis no momento da elaboração do planejamento ou do protocolo do estudo; todas as informações obtidas durante a realização do estudo pertencem à seção de Resultados.

IV.A.6.a. Seleção e descrição dos participantes

Descreva sua seleção dos participantes nas pesquisas observacionais ou experimentais (pacientes ou animais de laboratório, incluindo os controles) de modo claro, mencionando os critérios de inclusão e de exclusão, assim como uma descrição da população alvo. Como a importância das variáveis como idade e sexo para o objetivo da pesquisa nem sempre está clara, os autores devem explicá-las quando elas são incluídas no relatório do estudo; por exemplo, os autores devem explicar porque apenas pacientes de certas idades foram incluídos ou porque as mulheres foram excluídas. O princípio que orienta deve ser o da clareza de como e porque um estudo foi realizado de determinada maneira. Quando os autores utilizam variáveis como raça ou etnia, devem definir como as variáveis foram medidas e justificar a sua importância.

IV.A.6.b. Informações técnicas

Identificar os métodos, os aparelhos (mencionar do nome e o endereço do fabricante entre parênteses) e os procedimentos em pormenores suficientes para permitir outros pesquisadores reproduzirem os resultados. Fornecer as referências dos métodos já estabelecidos, inclusive dos métodos estatísticos (ver abaixo); dar as referências e as descrições curtas dos métodos já publicados, mas que não são muito bem conhecidos; descrever os métodos novos ou que sofreram mo-

difícil importantes, explicando as razões para utilizá-los e avaliando suas limitações. Identificar com precisão todos os fármacos e compostos químicos empregados, inclusive o(s) nome(s) genérico(s), dose(s) e via(s) de administração.

Os autores ao submeterem manuscritos de revisão devem incluir uma seção com a descrição dos métodos utilizados para localizar, selecionar, extrair e sintetizar os dados. Esses métodos devem também fazer parte do Resumo.

IV.A.6.c. Estatística

Descrever os métodos estatísticos com bastante pormenor para permitir que um leitor com conhecimento do assunto possa ter acesso aos dados originais para verificar os resultados apresentados. Se possível, quantificar os achados e apresentá-los com os indicadores adequados de medidas de erro ou de incerteza (tais como os intervalos de confiança). Evitar confiar apenas nos testes de hipótese, como o uso dos valores de P, os quais não fornecem informações importantes sobre o tamanho do efeito. As referências sobre o desenho do estudo e sobre os métodos estatísticos devem ser, sempre que possível, de artigos reconhecidos (com indicação das páginas). Definir os termos estatísticos, as abreviações e a maioria dos símbolos. Especificar qual foi o software utilizado.

IV.A.7. Resultados

Apresentar os seus resultados em uma seqüência lógica no texto, tabelas e ilustrações, mencionando primeiro os achados mais importantes. Não repetir no texto todos os dados mostrados nas tabelas ou nas ilustrações; enfatizar ou resumir somente as observações importantes. Matérias suplementares ou adicionais e detalhes técnicos podem ser colocados em um apêndice, onde ficarão acessíveis, sem interromper o fluxo do texto; alternativamente, essa matéria pode ser publicada somente na versão eletrônica do periódico.

Quando os dados são resumidos na seção de Resultados, apresentar os resultados numéricos não apenas como valores derivados (por exemplo, percentagens), mas também em números absolutos a partir dos quais os valores derivados foram calculados e especificar os métodos estatísticos usados para analisá-los. Restringir as tabelas e figuras àquelas necessárias para explicar e apoiar o argumento do artigo. Utilizar os gráficos como uma alternativa às tabelas com muitas entradas; não duplicar os dados nos gráficos e nas tabelas. Evitar o uso não técnico de termos técnicos em estatística, tais como “acaso” (que implica em dispositivo aleatório), “normal”, “significante”, “correlações” e “amostra”. Quando cientificamente adequado, as análises dos dados por meio de variáveis como idade e sexo devem ser incluídas.

IV.A.8. Discussão

Enfatizar os aspectos novos e importantes do estudo e as conclusões que advêm deles. Não repetir em detalhes os dados ou outros materiais inseridos nas seções de Introdução ou de Resultados. Para os estudos experimentais, é útil começar a discussão por um breve resumo dos principais acha-

dos, depois, explorar os mecanismos ou explicações possíveis para esses resultados, comparar e contrastar os resultados com outros estudos relevantes, mencionar as limitações do estudo e explorar as implicações dos achados para pesquisas futuras e para a prática clínica.

Relacionar as conclusões com os objetivos do estudo, mas evitar afirmações e conclusões não adequadamente corroboradas pelos dados obtidos nos resultados. Especificamente, os autores devem evitar fazer afirmações sobre benefícios econômicos e custos, a não ser que seus manuscritos contenham dados e análises econômicas apropriados. Evitar reivindicar prioridade e alusão a trabalho ainda não terminado. Estabelecer novas hipóteses quando for o caso, mas deixar claro que são hipóteses.

IV.A.9. Referências

IV.A.9.a. Considerações Gerais Relacionadas às Referências

Embora as referências a artigos de revisão possam ser uma maneira eficaz de orientar os leitores para o corpo da literatura, os artigos de revisão nem sempre refletem o trabalho original com precisão. Os leitores devem, então, ter acesso direto às referências das pesquisas originais, sempre que possível. Por outro lado, extensas listas de referências sobre os artigos originais de um determinado assunto podem utilizar muito espaço da página impressa. Um pequeno número de referências dos artigos originais principais servirá freqüentemente tão bem quanto listas mais extensas, principalmente porque atualmente as referências podem ser inseridas na versão eletrônica dos artigos publicados, já que a busca da literatura eletrônica permite aos leitores um bom acesso à literatura publicada.

Evitar o uso de resumos como referências. As referências a artigos aceitos, mas ainda não publicados devem ser designadas como “no prelo”; os autores devem obter uma autorização por escrito para citar esses artigos, bem como verificar se eles realmente foram aceitos para publicação. As informações originadas de manuscritos submetidos, mas ainda não aceitos devem ser citadas no texto como “observações não publicadas” com a devida permissão por escrito do autor.

Evitar citar uma “comunicação pessoal”, a não ser que ela forneça informações essenciais ainda não disponíveis em nenhuma fonte pública, em cujo caso o nome da pessoa e a data da comunicação devem ser citados em parênteses no texto. Para artigos científicos, os autores devem obter autorização por escrito e a confirmação se a fonte da comunicação pessoal é fidedigna.

Algumas revistas verificam a fidedignidade de todas as referências das citações, mas nem todas o fazem e, às vezes, os erros das citações aparecem na versão publicada dos artigos. Para minimizar esses erros, os autores devem verificar as referências confrontando-as com os documentos originais. Os autores são os responsáveis em verificar que nenhuma das referências cite artigos retratados, exceto no contexto da menção à própria retratação. Para os artigos publicados em revistas indexadas no MEDLINE, o CIERM considera o PubMed <<http://www.ncbi.nlm.nih.gov/entrez/query.fcgi?DB=pubmed>> a fonte com autoridade para dar informações sobre a retratação de artigos. Os autores podem

identificar esses artigos no MEDLINE por meio do termo de busca seguinte, em que pt entre colchetes significa tipo de publicação: *Retracted publication [pt]* no pubmed.

IV.A.9.b. Estilo e formatos das referências

O estilo adotado por estas Normas se baseia principalmente no estilo padrão ANSI, adaptado pela Biblioteca Nacional de Medicina (BNM) para seus bancos de dados. (7). Para ver exemplos de formatos de citações de referências, os autores devem consultar o sítio da Biblioteca Nacional de Medicina < http://www.nlm.nih.gov/bsd/uniform_requirements.html>

As referências devem ser numeradas consecutivamente na ordem em que são mencionadas, pela primeira vez, no texto. Identificar as referências no texto, nas tabelas e nas legendas com algarismos arábicos em parênteses. As referências citadas somente nas tabelas ou nas legendas das figuras devem ser numeradas de acordo com a seqüência estabelecida pela primeira menção no texto daquela determinada tabela ou figura. Os títulos dos periódicos devem ser abreviados de acordo com o estilo utilizado no Index Medicus. Deve ser consultada a Lista de Periódicos Indexados pelo MEDLINE, publicada anualmente, em separado pela Biblioteca Nacional de Medicina. Essa lista também pode ser obtida no sítio da Biblioteca < <http://www.nlm.nih.gov/tsd/serials/lji.htm>> Os periódicos variam no modo em que solicitam aos autores que citem as referências eletrônicas: entre parênteses no texto ou em referências numeradas após o texto. Os autores devem consultar as instruções daquele periódico que escolheram para publicar seus artigos.

IV.A.10. Tabelas

As tabelas condensam as informações obtidas e as exibem eficazmente; elas também fornecem informações com detalhe ou precisão. A inclusão dos dados na tabelas e não no texto, muitas vezes torna possível reduzir o tamanho do texto.

Digitar ou imprimir cada tabela em espaço duplo numa folha de papel separada. Numere as tabelas consecutivamente na ordem de sua primeira citação no texto e insira um título curto para cada uma. Não utilize linhas internas horizontais ou verticais. Dê para cada coluna um nome curto ou abreviado. Os autores devem pôr os textos explicativos em notas de rodapé e não no título. As abreviações não padronizadas devem ser explicadas nessas notas de rodapé, utilizando os seguintes símbolos, em seqüência: *, †, ‡, §, ||, ¶, **, ††, ‡‡

Identificar as medidas estatísticas das variações, tais como desvio padrão ou erro padrão da média.

Cada tabela deve ser citada no texto.

Se forem utilizados dados publicados ou não publicados de outra fonte, deve-se obter uma autorização e um agradecimento deve ser feito.

As tabelas adicionais com dados tão extensos para serem publicadas na versão impressa, podem ser objeto de publicação na versão eletrônica do periódico ou colocados em um arquivo ou disponibilizados aos leitores diretamente pelos autores. Nesse caso, uma informação sobre isso deve ser colocada no texto. Submeter essas tabelas para considera-

ção juntamente com o artigo, de forma que elas estejam disponíveis para os revisores.

IV.A.11. Ilustrações (Figuras)

As figuras devem ser desenhadas por profissionais ou fotografadas ou submetidas como impressões digitais com qualidade de fotografias. Além de solicitar uma versão das figuras prontas para impressão, algumas revistas pedem atualmente aos autores os arquivos eletrônicos das figuras em um formato específico (ex.: JPEG ou GIF) o qual produzirá imagens de alta qualidade na versão eletrônica do periódico; os autores devem rever as imagens desses arquivos em uma tela de computador antes de submetê-las, para certificarem-se dos seus padrões de qualidade.

As radiografias, as tomografias computadorizadas e as outras imagens diagnósticas, assim como as fotos de espécimes patológicos ou fotomicrografias devem ser enviadas impressas em papel brilhante, em preto e branco ou em outras cores, geralmente de 127 x 173 mm (5 x 7 polegadas). Embora algumas revistas refaçam a artes das figuras, muitas não o fazem. As letras, os números e os símbolos das Figuras devem, por isso, ser nítidos e uniformes e de tamanho suficiente para que, quando reduzidos para publicação, permaneçam legíveis. As Figuras devem ser o tanto quanto possível auto-explicativas, pois muitas serão utilizadas diretamente nas apresentações como diapositivos. Os títulos e as explicações detalhadas devem ficar nas legendas e não nas próprias ilustrações.

As fotomicrografias devem ter marcadores internos de escala. Os símbolos, as setas ou as letras utilizadas nas fotomicrografias devem fazer contraste com o fundo. Se se usam fotografias de pessoas, ou as pessoas não devem ser identificáveis ou as fotos devem vir acompanhadas de autorização por escrito para uso da fotografia (ver Seção III.D.4.a). Sempre que possível uma autorização para publicação deve ser obtida.

As figuras devem ser numeradas consecutivamente de acordo com a ordem de aparecimento no texto. Se uma figura já houver sido publicada, deve-se dar crédito à fonte original e apresentar uma autorização por escrito do detentor dos direitos autorais da reprodução do material. Exige-se a autorização independentemente da autoria ou do editor, exceto nos casos dos documentos de domínio público.

Para as ilustrações coloridas, verificar se a revista exige os negativos coloridos, as transparências positivas ou as impressões a cores. Os desenhos feitos para indicar a região a ser reproduzida podem ser úteis para o editor. Alguns periódicos só publicam ilustrações coloridas se o custo for pago pelo autor.

Os autores devem consultar as instruções do periódico com respeito às normas para as figuras submetidas em formato eletrônico.

IV.A.12. Legendas das Ilustrações (Figuras)

As legendas das ilustrações devem ser inseridas com espaço duplo, começando em uma página separada, com nú-

meros arábicos correspondentes às ilustrações. Quando se empregam símbolos, setas, números ou letras para identificar partes das ilustrações, cada uma deve ser identificada e explicada com clareza na legenda. Explicar também a escala interna e identificar o método da coloração nas fotomicrografias.

IV.A.13. Unidades de Medida

As medidas de comprimento, altura, peso e volume devem ser apresentadas no sistema métrico (metro, quilograma ou litro) com seus múltiplos decimais.

As temperaturas devem estar em graus Celsius e as pressões arteriais em milímetros de mercúrio, a não ser que outras unidades sejam solicitadas especificamente pela revista.

As revistas variam sobre as unidades solicitadas para os valores hematológicos, químicos ou de outras medidas. Os autores devem consultar as instruções aos autores de cada periódico e reportar as informações laboratoriais tanto no sistema local quanto no Sistema Internacional de Unidades (SI). Os editores podem solicitar aos autores, antes da publicação, que acrescentem unidades alternativas ou não-SI, já que as unidades SI não são universalmente aceitas. As concentrações dos fármacos podem estar em unidades SI ou unidades de massa, mas a unidade alternativa deve ser colocada entre parênteses, quando for apropriado.

IV.A.14. Abreviações e Símbolos

Utilizar somente abreviações padronizadas; o emprego das abreviações não padronizadas pode confundir o leitor. Evitar abreviações no título. O termo completo correspondente a cada abreviação deve preceder o primeiro aparecimento dela no texto, a não ser que seja uma unidade ou medida padrão.

IV.B Envio do Manuscrito para a Revista

Atualmente, um número crescente de revistas aceita a submissão eletrônica dos originais, seja em disquete ou como anexo do correio eletrônico ou, ainda, baixando diretamente o arquivo na página eletrônica da revista. A submissão eletrônica economiza tempo e custos de postagem, permitindo que o original seja trabalhado na forma eletrônica durante todo o processo editorial (por exemplo, quando ele é enviado para revisão). Quando submeter sob forma eletrônica, os autores devem consultar as instruções aos autores da revista que escolheram para publicar seus artigos.

Se uma versão em papel do artigo é submetida, enviar o número solicitado de cópias do original e das figuras; elas são todas necessárias para a revisão pelos pares e para a edição, pois não é tarefa do staff editorial fazer essas cópias.

Os originais devem ser acompanhados por uma carta de encaminhamento, a qual deve conter as seguintes informações:

- uma declaração para o editor sobre todas as submissões e relatos anteriores que possam ser vistos como publicação redundante do mesmo artigo ou de um

artigo muito semelhante. Qualquer artigo nessa situação deve ser mencionado especificamente e referenciado no novo artigo. As cópias do artigo anterior devem ser incluídas com o artigo submetido, para auxiliar o editor a decidir sobre esse assunto.

- uma declaração sobre relações financeiras ou de outras naturezas que possam levar a um conflito de interesse, quando essas informações não estão inseridas no próprio artigo ou num formulário preenchido pelos autores
- uma declaração de que o artigo foi lido e aprovado por todos os autores, de que todos as normas de autoria, como descritas acima neste documento, foram observadas e de que cada autor acredita que o artigo represente um trabalho honesto. As informações contidas nessa declaração podem ser dadas de outra forma (ver abaixo); e
- o nome, o endereço e o número do telefone do autor designado como correspondente, o qual é responsável pela comunicação com os outros autores sobre as revisões e a aprovação final das provas, se essas informações não estão incluídas no próprio artigo.

A carta deve fornecer qualquer informação adicional que possa ser útil para o editor, como, por exemplo, o tipo do artigo em que o original se enquadra naquele determinado periódico. Se o artigo foi submetido anteriormente a outra revista, é pertinente incluir os comentários daqueles revisores e do editor, juntamente com as respostas dos autores a esses comentários. Os editores estimulam os autores a submeter essas comunicações prévias, pois isso agiliza o processo de revisão.

Atualmente, muitas revistas fornecem uma lista de checagem pré-submissão que verifica se todos os itens da submissão foram incluídos. Alguns periódicos também solicitam que os autores completem as listas de checagem para relatos de certos tipos de estudo (p.ex., a lista do CONSORT para os relatos de ensaios aleatorizados e controlados). Os autores devem procurar saber se as revistas utilizam essas listas de checagem e enviá-las junto com os originais.

Devem acompanhar o artigo, as cópias de qualquer autorização para a reprodução de matéria já publicada, para a utilização das ilustrações ou para mencionar as informações sobre pessoas identificáveis ou para nomear pessoas por suas contribuições.

V. Referências

A. Referências citadas neste documento

1. Davidoff F for the CSE Task Force on Authorship. . Who's the Author? Problems with Biomedical Authorship, and Some Possible Solutions. Science Editor. July-August 2000: Volume 23 - Number 4: 111-119.
2. Yank V, Rennie D. Disclosure of researcher contributions: a study of original research articles in The Lancet. Ann Intern Med. 1999 Apr 20;130(8):661-70.

3. Flanagan A, Fontanarosa PB, DeAngelis CD. Authorship for research groups. JAMA. 2002;288:3166-68.
4. Peer Review in Health Sciences. F Godlee, T Jefferson. London: BMJ Books, 1999.
5. World Medical Association Declaration of Helsinki: ethical principles for medical research involving human subjects. JAMA. 2000 Dec 20;284(23):3043-5.
6. Pitkin RM, Branagan MA, Burmeister LF. Accuracy of data in abstracts of published research articles. JAMA. 1999 Mar 24-31;281(12):1110-1.
7. Patrias K. National Library of Medicine recommended formats for bibliographic citation. Bethesda (MD): The Library; 1991.

B. Outras fontes de informação relacionadas a revistas biomédicas

World Association of Medical Editors (WAME) www.WAME.org

Council of Science Editors (CSE) www.councilscienceeditors.org

European Association of Science Editors (EASE) www.ease.org.uk

Cochrane Collaboration www.cochrane.org

The Mulford Library, Medical College of Ohio www.mco.edu/lib/instr/libinsta.html

VI. Sobre o Comitê Internacional de Editores de Revistas Médicas

O Comitê Internacional de Editores de Revistas Médicas (CIERM) é um grupo de editores de revistas médicas cujos participantes se reúnem anualmente para atualizar as Normas para os manuscritos. O CIERM gostaria de receber comentários sobre este documento assim como sugestões sobre os itens da pauta a ser discutida.

VII. Autores das Normas para Manuscritos Submetidos às Revistas Biomédicas

As revistas e organizações, cujos representantes integram o CIERM, e que aprovaram a revisão das Normas para Manuscritos, em julho de 2005, são: *Annals of Internal Medicine*, *British Medical Journal*, *Canadian Medical Association Journal*, *Croatian Medical Journal*, *Journal of the American Medical Association*, *The Dutch Medical Journal (Nederlands Tijdschrift voor Geneeskunde)*, *New England Journal of Medicine*, *New Zealand Medical Journal*, *The Lancet*, *The Medical Journal of Australia*, *Tidsskrift for Den Norske Laegeforening*, *Journal of the Danish Medical Association (Ugeskrift for Laeger)*, e a Biblioteca Nacional de Medicina dos E.U.A.

VIII. Utilização, Distribuição e Tradução das Normas

Os usuários podem imprimir, copiar e distribuir gratuitamente este documento para utilização educativa sem fins lucrativos. O CIERM não tem estoque de cópias impressas deste documento.

A política do CIERM é que as organizações interessadas acessem o documento oficial em língua inglesa no sítio www.icmje.org. O CIERM não endossa a inserção deste documento em outros sítios da Internet que não o mencionado acima.

O CIERM estimula as organizações interessadas a copiar ou traduzir este documento em outros idiomas que não o inglês, sem fins lucrativos. No entanto, o CIERM não tem recursos para traduzir, verter ou aprovar cópias impressas ou traduções deste documento. Assim, qualquer tradução deve colocar, em local bem visível, a seguinte declaração: “Esta é uma [cópia/tradução em língua (nome da língua)] das Normas para Manuscritos Submetidos às Revistas Biomédicas, elaboradas pelo CIERM. (inserir o nome da organização) preparou esta tradução com o apoio de (inserir o nome da fonte de financiamento, se houver). O CIERM nem endossou nem aprovou o conteúdo desta cópia/tradução. O CIERM atualiza periodicamente as Normas para Manuscritos, de forma que esta cópia/tradução elaborada em (inserir data) pode não representar adequadamente a versão oficial mais recente. A versão oficial das Normas para Manuscritos Submetidos às Revistas Biomédicas está no sítio <www.icmje.org>.”

Não exigimos que as pessoas ou as organizações, que copiem ou traduzam as Normas para Manuscritos Submetidos às Revistas Biomédicas, obtenham uma permissão formal, por escrito do CIERM. Entretanto, o CIERM solicita que essas pessoas ou organizações forneçam à secretaria do CIERM a citação dessa cópia ou tradução, de modo que o CIERM possa manter um arquivo dessas versões do documento.

IX. Perguntas

Perguntas sobre as Normas devem ser enviadas a Christine Laine, MD, MPH, ICMJE Secretariat office, American College of Physicians, 190 N. Independence Mall West, Philadelphia, PA 19106-1572, USA. fax 215-351-2644; e-mail claine@acponline.org. Por favor, não façam indagações sobre o estilo ou a política de determinada revista à secretaria do CIERM.

Esta é uma tradução em língua portuguesa das Normas para Manuscritos Submetidos às Revistas Biomédicas, elaboradas pelo CIERM. A Revista do Colégio Brasileiro de Cirurgiões preparou esta tradução. O CIERM nem endossou nem aprovou o conteúdo desta cópia. O CIERM atualiza periodicamente as Normas para Manuscritos, de forma que esta tradução elaborada em outubro de 2006 pode não representar adequadamente a versão oficial mais recente. A versão oficial das Normas para Manuscritos Submetidos às Revistas Biomédicas está no sítio <www.icmje.org>.
